



PM-PE

POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO - PERNAMBUCO

SOLDADO

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026
(PORTARIA CONJUNTA SAD/SDS Nº 299, DE
29/09/2026)

CÓD: OP-235ST-26
7901204403051

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Tipologias e gêneros textuais.....	10
3. Figuras de linguagem	11
4. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.).....	15
5. Ortografia oficial	19
6. Acentuação gráfica.....	20
7. Emprego das classes de palavras	21
8. Emprego do sinal indicativo de crase.....	29
9. Sintaxe da oração (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração e suas funções no texto) e do período (período simples e período composto por coordenação e por subordinação)	29
10. Funções do “que” e do “se”	34
11. Mecanismos de coesão textual.....	36
12. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto.....	36
13. Concordância nominal e verbal	38
14. Regência nominal e verbal.....	40
15. Colocação pronominal	41
16. Processos de formação de palavras	42
17. Significação das palavras.....	43
18. Variação linguística	44

História de Pernambuco

1. Ocupação E Colonização - Contatos Iniciais Do Europeu Com O Nativo Local, Capitânias Hereditárias, Duarte Coelho.....	55
2. A Importância Do Açúcar Para A Economia Local	58
3. Formação De Olinda E Recife	63
4. A Presença Holandesa E O Governo De Maurício De Nassau	66
5. Movimentos De Resistência E Emancipacionistas - Formação De Quilombos, Insurreição Pernambucana (1654), Guerra Dos Mascates (1710), Revolução Pernambucana (1817), Confederação Do Equador (1824), Guerra Dos Cabanos (1835), Revolução Praieira (1848)	71
6. Pernambuco Durante O Período Republicano	74
7. Manifestações Da Cultura Popular Pernambucana – Frevo, Maracatu, Culinária, Festas Populares	77
8. Aspectos Afro-Brasileiros Em Pernambuco.....	78

Raciocínio Lógico

1. Compreensão De Estruturas Lógicas: Proposições E Conectivos Lógicos, Quantificadores, Falácias.....	85
2. Lógica De Argumentação: Analogias, Inferências, Deduções, Equivalência E Implicação Lógica, Argumentos Válidos E Conclusões	92
3. Diagramas Lógicos	98
4. Princípios Da Contagem, Técnicas De Contagem, Princípio Multiplicativo, Permutações, Arranjos, Combinações E Probabilidade.....	102

ÍNDICE

Informática

1. Conceito de internet e intranet; Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet/intranet, incluindo navegadores, serviços de internet e computação em nuvem ..	113
2. Conceitos de proteção e segurança da informação, incluindo ameaças, vulnerabilidades, malwares, phishing, criptografia, autenticação e boas práticas de segurança	120
3. Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup), incluindo dispositivos de armazenamento, tipos de backup e restauração de dados	123
4. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, incluindo criação, nomeação, renomeação, cópia, movimentação e exclusão. Organização de computadores: processador, memórias, dispositivos de armazenamento, dispositivos de entrada e saída e periféricos. Conceitos básicos de instalação, configuração e utilização de periféricos	124
5. Ambientes operacionais: utilização básica do sistema operacional Windows 11 (em português), incluindo gerenciamento de arquivos, pastas, programas, configurações e recursos do sistema, Pannel de Controle e comandos do Prompt de Comando.....	130
6. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office 2019 em português (Word, Excel e PowerPoint) e do pacote LibreOffice 7 em português (Writer, Calc e Impress), incluindo edição e formatação de documentos, fórmulas e funções, gráficos, tabelas, apresentações e exportação de arquivos	134

Direito Constitucional

1. Dos Princípios Fundamentais.....	181
2. Direitos E Garantias Fundamentais: Direitos E Deveres Individuais E Coletivos; Direito À Vida, À Liberdade, À Igualdade, À Segurança E À Propriedade, Direitos Sociais, Nacionalidade E Direitos Políticos; Remédios Constitucionais	182
3. Organização Do Estado: Organização Político-Administrativa; Repartição De Competências; União, Estados Federados E Municípios; Administração Pública: Disposições Gerais; Servidores Públicos; Dos Militares Dos Estados, Do Distrito Federal E Dos Territórios.....	191
4. Organização Dos Poderes: Poder Legislativo; Poder Executivo; Poder Judiciário; Funções Essenciais À Justiça	206
5. Defesa Do Estado E Das Instituições Democráticas	238
6. Súmulas, Jurisprudência Dominante Dos Tribunais Superiores E Legislação Relacionada Com Os Temas	241

Direitos Humanos e Legislação Extravagante

1. Teoria Geral Dos Direitos Humanos: Conceito; Terminologia; Estrutura Normativa; Fundamento; Classificação; Especificidades.....	247
2. Evolução Histórica E Gerações De Direitos Humanos	247
3. Incorporação Dos Tratados Internacionais De Direitos Humanos Ao Ordenamento Jurídico Brasileiro: Constituição Federal, Art. 5º, §§ 2º E 3º; Hierarquia Normativa Dos Tratados De Direitos Humanos.....	248
4. Declaração Universal Dos Direitos Humanos (Onu - 1948).....	248
5. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto De San José Da Costa Rica (Decreto Nº 678/1992).....	251
6. Estatuto Da Criança E Do Adolescente (Lei Nº 8.069/1990): Direitos E Garantias Fundamentais; Prática De Ato Infracional; Direitos Individuais E Garantias Do Adolescente; Apreensão E Apresentação; Atuação Policial; Conselho Tutelar; Crimes E Infrações Administrativas Pertinentes À Atividade Policial	263
7. Lei N. 13.869/2019 (Lei Do Abuso De Autoridade)	304
8. Lei N. 9.455/1997 (Lei De Tortura).....	308
9. Lei N. 11.340/2006 (Lei Maria Da Penha); Lei Federal Nº 11.340/2006 - Lei Maria Da Penha (Acrescido Pelo Art. 1º Da Lei Nº 18.926, De 8 De Outubro De 2025).....	308

ÍNDICE

10. Lei N. 7.716/1989 (Lei Dos Crimes Resultantes De Preconceito De Raça Ou De Cor	316
11. Lei N. 9.605/1998 (Lei Dos Crimes Ambientais).....	317
12. Lei N. 8.072/1990 (Lei Dos Crimes Hediondos).....	325
13. Lei N. 11.343/2006 (Lei De Drogas)	327
14. Lei Estadual Nº 6.783/1974 (Estatuto Dos Policiais Militares Do Estado De Pernambuco)	341
15. Lei Nº 10.741/2003 – Estatuto Da Pessoa Idosa: Disposições Pertinentes À Atuação Policial E Crimes Em Espécie.....	359
16. Lei Federal Nº 12.852/2013 - Estatuto Da Juventude (Acrescido Pelo Art. 1º Da Lei Nº 18.926, De 8 De Outubro De 2025).....	370
17. Súmulas, Jurisprudência Dominante Dos Tribunais Superiores E Legislação Relacionada Com Os Temas	376

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

TIPOLOGIAS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► **Tipos textuais**

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► **Gêneros textuais**

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.



HISTÓRIA DE PERNAMBUCO

OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO - CONTATOS INICIAIS DO EUROPEU COM O NATIVO LOCAL, CAPITANIAS HEREDITÁRIAS, DUARTE COELHO

PRIMEIROS CONTATOS DOS EUROPEUS COM OS POVOS INDÍGENAS LOCAIS

► Contexto do “Novo Mundo” e o olhar europeu

A chegada dos europeus ao continente americano no final do século XV marcou o início de uma série de transformações profundas. Para os portugueses, o território que futuramente viria a ser chamado de Brasil era, a princípio, uma terra desconhecida, com riqueza potencial ainda não explorada. Ao se depararem com os povos originários, os europeus encontraram uma realidade muito diferente de sua cultura. Esse encontro não foi apenas físico, mas também simbólico e cultural.

No litoral onde hoje se localiza Pernambuco, habitavam povos indígenas pertencentes principalmente à família linguística tupi, como os Tupinambás e os Caetés. Estes grupos viviam da caça, pesca, coleta e agricultura de subsistência, dominando técnicas adaptadas ao clima tropical e à geografia local. Tinham uma organização social baseada em clãs e lideranças tribais, com sistemas religiosos próprios e visões de mundo muito diferentes das europeias.

► A primeira aproximação: entre estranhamento e curiosidade

Os primeiros contatos dos europeus com os nativos foram marcados por um misto de curiosidade, medo e interesse. De um lado, os portugueses viam os indígenas como “selvagens” que deveriam ser catequizados e “civilizados”; de outro, reconheciam neles uma fonte potencial de conhecimento sobre o território e até de mão de obra.

Os indígenas, por sua vez, reagiram de forma diversa: em algumas regiões houve uma recepção mais pacífica, enquanto em outras houve resistência. Em Pernambuco, inicialmente, a presença portuguesa era esporádica e ligada ao escambo — uma forma de troca entre produtos europeus (como espelhos, facas, tecidos) e produtos locais, principalmente o pau-brasil, que era abundante na região e de grande interesse comercial para os portugueses.

► O papel do escambo e do pau-brasil

Durante as primeiras décadas do século XVI, a costa pernambucana foi uma área de intensa exploração do pau-brasil. Essa madeira avermelhada era usada na Europa como corante e tinha alto valor econômico. No processo de extração e transporte da madeira, os portugueses dependeram da colaboração indígena.

O escambo, portanto, se tornou a principal forma de relação entre europeus e nativos nesse período inicial. Embora não houvesse ainda uma colonização efetiva, a presença portuguesa já começava a influenciar os modos de vida dos povos locais. Essa interação, porém, não era igualitária: os portugueses buscavam extrair o máximo de recursos com o mínimo de instalação, enquanto os indígenas nem sempre compreendiam a lógica de exploração envolvida.

► Conflitos culturais e resistência

Com o passar do tempo, os contatos iniciais deram lugar a situações de conflito. A exploração intensiva, o aliciamento de indígenas para o trabalho forçado e o avanço sobre territórios tradicionais começaram a gerar tensões. Em várias ocasiões, os indígenas resistiram à dominação portuguesa, tanto por meio de enfrentamentos diretos quanto pela fuga para o interior do território.

Um aspecto importante foi a diferença de visão de mundo: enquanto os europeus viam a terra como algo a ser apropriado e explorado economicamente, os indígenas possuíam uma relação mais simbiótica com a natureza. Além disso, a presença de missionários religiosos introduziu um novo elemento à relação, com tentativas de catequese que nem sempre foram bem recebidas.

► Do contato à colonização

Embora os primeiros encontros tenham sido pontuais e baseados no interesse mútuo imediato, eles pavimentaram o caminho para a colonização que se seguiria a partir de 1530. A criação das Capitanias Hereditárias, especialmente a de Pernambuco, institucionalizou o domínio português e aprofundou as mudanças no modo de vida indígena.

O impacto desse contato inicial foi imenso: perda de território, introdução de doenças europeias, mudanças culturais forçadas e o início de um processo de aculturação que se intensificaria nos anos seguintes. Ainda assim, os povos indígenas resistiram de diversas formas, mantendo traços de sua cultura até os dias atuais, apesar das muitas tentativas de apagamento.

A CRIAÇÃO DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E O PAPEL ESTRATÉGICO DE PERNAMBUCO

► A transição do interesse comercial para a colonização

Até a década de 1530, a presença portuguesa no Brasil era marcada principalmente pela exploração do pau-brasil e por contatos esporádicos com os indígenas, como já vimos. No entanto, o cenário internacional e interno de Portugal exigia uma mudança de postura. A ameaça constante de invasões estrangeiras — especialmente de franceses — ao longo do litoral brasileiro, aliada à necessidade de consolidar o domínio sobre a nova terra, levou a Coroa portuguesa a repensar sua estratégia.



AMOSTRA

Foi nesse contexto que surgiu o sistema das Capitanias Hereditárias: uma tentativa de organizar e financiar a ocupação efetiva do território, sem que a Coroa tivesse que arcar diretamente com todos os custos do processo.

► **O sistema das Capitanias Hereditárias**

Implantado oficialmente em 1534, o sistema consistia na doação de grandes faixas de terra ao longo do litoral brasileiro a particulares, chamados de donatários. Essas terras eram hereditárias e inalienáveis, ou seja, passavam de pai para filho e não podiam ser vendidas. Os donatários tinham ampla autonomia para administrar suas capitanias, desde que respeitassem os interesses da Coroa.

As principais responsabilidades dos donatários incluíam:

- Fundar vilas e cidades
- Distribuir lotes de terra (sesmarias)
- Promover o povoamento
- Defender o território contra invasores
- Catequizar os indígenas (em parceria com religiosos)

Ao todo, foram criadas 15 capitanias, divididas entre 12 donatários. Apesar das expectativas, poucas capitanias prosperaram nos primeiros anos. Entre as poucas que se destacaram, Pernambuco teve um papel crucial.

► **Pernambuco: posição geográfica privilegiada**

A Capitania de Pernambuco foi doada a Duarte Coelho, um dos principais nomes do processo de colonização. Localizada em uma faixa do litoral nordestino, Pernambuco possuía características naturais que favoreciam sua ocupação e exploração:

- Solo fértil, ideal para a agricultura
- Litoral com portos naturais, facilitando a navegação e o comércio
- Rios navegáveis que permitiam o acesso ao interior
- Presença de recursos naturais, como o pau-brasil e, posteriormente, condições ideais para a cana-de-açúcar

Esses fatores contribuíram para que a Capitania de Pernambuco rapidamente se tornasse uma das mais promissoras do Brasil colonial.

► **O papel estratégico na defesa e expansão**

Outro fator que conferiu destaque a Pernambuco foi seu papel estratégico na defesa do território. A região era alvo constante de incursões francesas, interessadas no pau-brasil e na formação de alianças com povos indígenas. A consolidação da presença portuguesa em Pernambuco serviu como um ponto de resistência contra essas investidas estrangeiras, ajudando a manter o controle do litoral norte e nordeste.

Além disso, a capitania tornou-se um centro de irradiação do modelo de colonização baseado no engenho de açúcar, que viria a se espalhar para outras regiões do Brasil. A experiência pioneira de Pernambuco forneceu um modelo bem-sucedido de estrutura agrícola e econômica que influenciou outras capitanias.

► **Resultados iniciais e destaque no cenário colonial**

Ao contrário da maioria das capitanias, que fracassaram em seus primeiros anos, Pernambuco se desenvolveu com rapidez e organização. Isso se deveu em grande parte à atuação de seu donatário, Duarte Coelho, cuja visão administrativa e capacidade de articulação política e militar permitiram estabelecer as bases de uma colonização sólida.

Entre os resultados mais importantes desse período estão:

- A fundação de povoados estruturados, como a vila de Olinda
- A introdução e desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar
- O início da construção de engenhos
- A organização de defesas costeiras
- O estabelecimento de relações com os povos indígenas, tanto de cooperação quanto de conflito

Esses avanços fizeram de Pernambuco uma das poucas capitanias bem-sucedidas e garantiram sua relevância histórica e econômica nos séculos seguintes.

DUARTE COELHO - O DONATÁRIO DE PERNAMBUCO

► **Quem foi Duarte Coelho**

Duarte Coelho Pereira foi um nobre português, nascido provavelmente no final do século XV, com carreira militar e diplomática consolidada antes de ser nomeado donatário da Capitania de Pernambuco. Participou de expedições na Ásia, particularmente na Índia, onde ganhou experiência militar no contexto das conquistas ultramarinas portuguesas. Sua vivência no Oriente contribuiu para o perfil que a Coroa portuguesa buscava para assumir a liderança de uma das capitanias: alguém com visão estratégica, experiência de combate e capacidade de organização administrativa.

Em 1534, Duarte Coelho recebeu da Coroa portuguesa a Capitania de Pernambuco, uma das 15 capitanias hereditárias do Brasil. Sua missão era povoar, explorar economicamente e proteger o território.

► **A chegada e o início da colonização efetiva**

Duarte Coelho desembarcou no território da capitania por volta de 1535, acompanhado de sua esposa, D. Brites de Albuquerque, soldados, colonos e padres. Estabeleceu-se inicialmente no litoral, onde fundou a vila de Olinda, escolhida por sua posição geográfica elevada e estratégica, com boa visão da costa e do mar.

Desde o início, Duarte Coelho demonstrou pragmatismo e iniciativa. Dividiu a terra em sesmarias — grandes lotes concedidos a colonos para o cultivo —, incentivou a agricultura e deu início à construção dos primeiros engenhos de açúcar, produto que rapidamente se tornaria a base da economia da região.

RACIOCÍNIO LÓGICO

COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS: PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS LÓGICOS, QUANTIFICADORES, FALÁCIAS

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos às proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
- Frases imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que NÃO contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

Atenção: todas as proposições compostas são formadas por duas proposições simples.

Exemplos:

- **1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:**

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.



AMOSTRA

- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) “A frase dentro destas aspas é uma mentira”, não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.
- (B) A expressão $x + y$ é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.
- (C) O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos
- (D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).
- (E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

Conectivos (conectores lógicos)

Para compor novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	~	Não p	<table><tr><td>p</td><td>~p</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td></tr></table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p ^ q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>F</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table><tr><td>p</td><td>q</td><td>p v q</td></tr><tr><td>V</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>V</td><td>F</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>V</td><td>V</td></tr><tr><td>F</td><td>F</td><td>F</td></tr></table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																

INFORMÁTICA

CONCEITO DE INTERNET E INTRANET; CONCEITOS BÁSICOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS À INTERNET/INTRANET, INCLUINDO NAVEGADORES, SERVIÇOS DE INTERNET E COMPUTAÇÃO EM NUVEM

Internet

É conhecida como a rede das redes. A internet é uma coleção global de computadores, celulares e outros dispositivos que se comunicam.

Procedimentos de Internet e intranet

Através desta conexão, usuários podem ter acesso a diversas informações, para trabalho, lazer, bem como para trocar mensagens, compartilhar dados, programas, baixar documentos (download), etc.



Sites

Uma coleção de páginas associadas a um endereço *www*. é chamada *web site*. Através de navegadores, conseguimos acessar web sites para operações diversas.

Links

O link nada mais é que uma referência a um documento, onde o usuário pode clicar. No caso da internet, o Link geralmente aponta para uma determinada página, pode apontar para um documento qualquer para se fazer o download ou simplesmente abrir.

Dentro deste contexto vamos relatar funcionalidades de alguns dos principais navegadores de internet: Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome.

Internet Explorer 11



Identificar o ambiente



O Internet Explorer é um navegador desenvolvido pela Microsoft, no qual podemos acessar sites variados. É um navegador simplificado com muitos recursos novos.

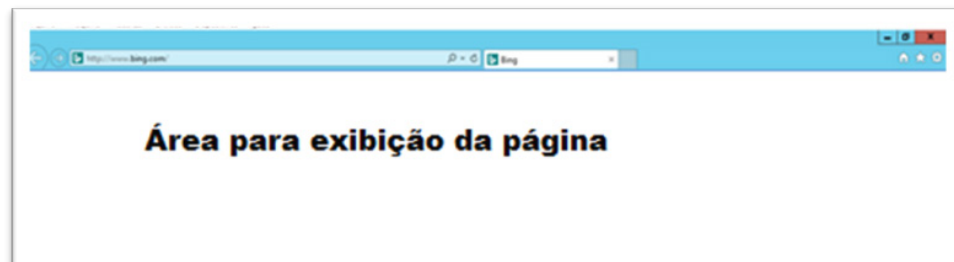
Dentro deste ambiente temos:

- **Funções de controle de privacidade:** Trata-se de funções que protegem e controlam seus dados pessoais coletados por sites;
- **Barra de pesquisas:** Esta barra permite que digitemos um endereço do site desejado. Na figura temos como exemplo: <https://www.gov.br/pt-br/>
- **Guias de navegação:** São guias separadas por sites abertos. No exemplo temos duas guias sendo que a do site <https://www.gov.br/pt-br/> está aberta.
- **Favoritos:** São pastas onde guardamos nossos sites favoritos
- **Ferramentas:** Permitem realizar diversas funções tais como: imprimir, acessar o histórico de navegação, configurações, dentre outras.

Desta forma o Internet Explorer 11 torna a navegação da internet muito mais agradável, com textos, elementos gráficos e vídeos que possibilitam ricas experiências para os usuários.

AMOSTRA

Características e componentes da janela principal do Internet Explorer



À primeira vista notamos uma grande área disponível para *visualização*, além de percebermos que a barra de ferramentas fica automaticamente desativada, possibilitando uma maior área de exibição.

Vamos destacar alguns pontos segundo as indicações da figura:

- 1. Voltar/Avançar página

Como o próprio nome diz, clicando neste botão voltamos à página visitada anteriormente;

- 2. Barra de Endereços

Esta é a área principal, onde digitamos o endereço da página procurada;

- 3. Ícones para manipulação do endereço da URL

Estes ícones são *pesquisar*, *atualizar* ou *fechar*, dependendo da situação pode aparecer *fechar* ou *atualizar*.

- 4. Abas de Conteúdo

São mostradas as abas das páginas carregadas.

- 5. Página Inicial, favoritos, ferramentas, comentários

- 6.  Adicionar à barra de favoritos

Mozilla Firefox



Vamos falar agora do funcionamento geral do Firefox, objeto de nosso estudo:



DIREITO CONSTITUCIONAL

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não - intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino - americana de nações.

AMOSTRA

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; DIREITO À VIDA, À LIBERDADE, À IGUALDADE, À SEGURANÇA E À PROPRIEDADE, DIREITOS SOCIAIS, NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS; REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)



DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS: CONCEITO; TERMINOLOGIA; ESTRUTURA NORMATIVA; FUNDAMENTO; CLASSIFICAÇÃO; ESPECIFICIDADES

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Estes direitos são interdependentes, inter-relacionados e indivisíveis, abrangendo direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. A ideia central é que todas as pessoas têm direitos simplesmente por serem humanas, e esses direitos são protegidos como uma expressão legal e ética de respeito pela dignidade humana.

► Terminologia

A terminologia em direitos humanos pode variar, mas os conceitos fundamentais permanecem consistentes. “Direitos humanos” refere-se aos direitos inalienáveis de todos os indivíduos. Termos como “liberdades fundamentais” destacam a liberdade essencial do indivíduo frente ao Estado. “Direitos civis” focam nos direitos legais e políticos, enquanto “direitos econômicos, sociais e culturais” abrangem aspectos como educação, saúde e cultura.

► Estrutura Normativa

A estrutura normativa dos direitos humanos é formada por um conjunto de tratados internacionais, declarações, leis e jurisprudências que definem e regulam esses direitos. Esses documentos incluem a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e convenções sobre temas específicos como tortura e discriminação racial. Estes instrumentos formam uma estrutura legal global que orienta os países na implementação dos direitos humanos.

► Fundamento

O fundamento dos direitos humanos está na dignidade inerente a cada ser humano. Esta noção é o alicerce ético e filosófico que justifica a existência e a universalidade dos direitos humanos, indicando que todos têm direitos pelo simples fato de serem humanos. Historicamente, esse conceito foi influenciado por várias tradições jurídicas e filosóficas, incluindo o iluminismo europeu e movimentos sociais ao longo dos séculos.

► Classificação

Os direitos humanos são comumente classificados em três ‘gerações’:

- **Primeira Geração:** Direitos civis e políticos, como liberdade de expressão e direito a um julgamento justo.

- **Segunda Geração:** Direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à educação e à saúde.
- **Terceira Geração:** Direitos de solidariedade ou direitos coletivos, como o direito a um meio ambiente saudável e o direito ao desenvolvimento.

► Especificidades

Cada categoria de direitos tem suas especificidades. Os direitos civis e políticos exigem principalmente a abstenção do Estado (não interferência), enquanto os direitos econômicos, sociais e culturais frequentemente requerem ação positiva do Estado (provisão). Os direitos de terceira geração, sendo coletivos, focam na cooperação internacional e na responsabilidade compartilhada. A especificidade também se manifesta na forma como os direitos são implementados e garantidos, variando conforme o contexto cultural, social e político de cada país.

A Teoria Geral dos Direitos Humanos oferece um entendimento abrangente e profundo sobre os direitos inalienáveis de todos os seres humanos. Ela engloba desde o conceito fundamental, que enfatiza a dignidade humana universal, até as complexidades da estrutura normativa global e as especificidades de diferentes categorias de direitos. Ao compreender estas facetas - o conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentos, classificação e especificidades - obtemos uma visão holística que destaca a importância dos direitos humanos na promoção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa. É uma área de estudo essencial, refletindo os valores e desafios do mundo contemporâneo.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E GERAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

► Evolução e importância histórica dos Direitos Humanos

Apesar de sua expressão moderna, os Direitos Humanos têm raízes para além da modernidade, tendo em vista a antiga inclinação humana para o senso de justiça. A verdadeira consolidação dos Direitos Humanos se deu em meados do século XX, como um fenômeno do pós-guerra, em resposta às atrocidades e os horrores do nazismo. Diante da necessidade de resguardar e efetivar os direitos fundamentais da pessoa humana, foram surgindo normas que tutelam os bens primordiais da vida. E, dentre esses bens primordiais, a dignidade humana tornou-se princípio basilar dos Direitos Humanos, trazendo novos direitos e aceções à legislação.

AMOSTRA

Historicamente, desde a Antiguidade, na fase pré-Estado Constitucional a afirmação dos direitos humanos tem influência da Democracia Ateniense, da República Romana, do Cristianismo da Idade Média, das revoluções liberais e das ideias iluministas até a sua internacionalização e constitucionalização. Somente num momento histórico posterior ao absolutismo se permitiu algum resgate da aproximação entre a Moral e o Direito, qual seja o da **Revolução Intelectual dos séculos XVII e XVIII**, com o movimento do **Iluminismo**, que conferiu alicerce para as **Revoluções Francesa e Industrial**. O Iluminismo lançou base para os principais eventos que ocorreram no início da Idade Contemporânea, quais sejam as **Revoluções Francesa, Americana e Industrial**.

No final do século XIX e no início de século XX, o mundo passou por variadas crises de instabilidade diplomática, posto que vários países possuíam condições suficientes para se sobreporem sobre os demais, resultado dos avanços tecnológicos e das melhorias no padrão de vida da sociedade. Neste contexto, surgiram condições para a eclosão das duas Guerras Mundiais, eventos que alteraram o curso da história da civilização ocidental.

Embora o processo de internacionalização dos direitos humanos tenha antecedentes no pós-Primeira Guerra Mundial, notadamente, com a criação da **Liga das Nações** e da **Organização Internacional do Trabalho** com o **Tratado de Versalhes de 1919**, é no **pós-Segunda Guerra Mundial** que se encontram as bases do **direito internacional dos direitos humanos**.

Os eventos da Segunda Guerra Mundial foram marcados por retrocesso e desumanização em matéria de Direitos Humanos, com o devido respaldo jurídico do ordenamento dos países belícos.

A perspectiva contemporânea de direitos humanos emerge no contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial, tendo como marcos: a **Carta da ONU**, de 1945, que institui a Organização das Nações Unidas e a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 1948, que é o primeiro documento a reconhecer materialmente os direitos humanos.

► Gerações de Direitos Humanos

Os Direitos Humanos evoluíram ao longo do tempo e, frequentemente, são categorizados em “gerações” para refletir essa evolução.

1. Primeira Geração - Direitos Civis e Políticos: estes são os direitos do indivíduo frente ao Estado. Incluem o direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei, liberdade de expressão e direito a um julgamento justo.

2. Segunda Geração - Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: relacionados com as condições necessárias para viver uma vida digna. Incluem o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura e à proteção social.

3. Terceira Geração - Direitos de Solidariedade ou Coletivos: estes refletem preocupações mais amplas, como o direito a um desenvolvimento sustentável, à paz, à autodeterminação dos povos e a um ambiente saudável.

4. Quarta e Quinta Gerações: estas são categorias em evolução e incluem questões como direitos digitais, genéticos e de grupos específicos, como indígenas e minorias.

INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5º, §§ 2º E 3º; HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Direito Constitucional
Bons estudos!*

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (ONU - 1948)

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

PREÂMBULO

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,